

EDP: Sinta a nossa Hipocrisia

À primeira vez que acordei a ouvir o novo spot publicitário da EDP na rádio, fiquei sem reacção; à segunda vez sentei-me na cama, para não rebolar pelo chão de tanto rir. Não me lembro da última vez em que vi uma empresa monopolista lançar uma tal campanha desesperada para tentar limpar a imagem de si mesma, e neste caso também de um plano mercenário de construção de barragens, a que muitos já colocam várias questões sobre méritos infundamentados.

É de facto risível ouvir, ao doce som dos passarinhos, uma voz carinhosa apregoar a “defesa de morcegos” pela EDP. Essa maviosa voz não terá lido por exemplo no Estudo de Impacte Ambiental da barragem do Tua (EIABT) algo como “A esta quota desaparecerão 58% das zonas de escarpas com maior interesse para a fauna, o que provocará a perda de grande parte dos locais potencialmente importantes de abrigo, hibernação e/ou reprodução para quirópteros”. No vale do Tua, lembre-se, encontram-se 79% das espécies de quirópteros que ocorrem em Portugal.

Já no spot televisivo ouve-se um contraditório compromisso em “proteger as espécies em extinção”. O vale do Tua agrega 85% de espécies de vertebrados com estatuto de conservação, de entre os quais 19% estão no Livro Vermelho das espécies ameaçadas – caso do lobo ibérico; 52% destas espécies têm mesmo estatuto Comunitário de protecção. Na avifauna, são 14 as espécies presentes no vale do Tua com estatuto de ameaçadas, uma delas já extinta noutros países. Torna-se ridículo ver uma portentosa águia no anúncio televisivo, quando no vale do Tua se vão destruir habitats à águia de Bonelli e à águia-real, ambas na categoria de ameaçadas “em perigo”. Já as trutas do spot não são representativas das espécies aquáticas que sofrem de forma irreversível com as barragens, seja pela alteração de caudais, temperatura da água, acumulação de nutrientes, alteração do leito, uniformização da velocidade da fluência das águas, etc. Mais visível é o facto de a barragem do Tua, por exemplo, não contemplar eclusa ou outro mecanismo que permita a passagem de espécies aquáticas pela barragem, confinando-as a montante.

Mas a lição de biologia fica ainda pior: só o tipo de habitat “leito de cheia”, que será total e irreversivelmente destruído no Baixo Tua, agrega algo como 20% das espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) presentes em Trás-os-Montes. Em todo o Douro, estes habitats foram literalmente exterminados pelas barragens, subsistindo apenas nos principais afluentes, como o Tua, Sabor e Côa, considerados os maiores centros de biodiversidade da região. É difícil também compreender a promessa de “vida nova” para as árvores – apregoada mais uma vez pela voz maviosa e pelos canoros passarinhos – quando o que se lê no EIABT de forma repetitiva e preocupante é “destruição de habitat” (florestas e prados) e “desmatação”, numa área arborizada afectada de entre 420 a 985 hectares, resultando na degradação de todo um ecossistema.

No plano socioeconómico das populações locais, que segundo o coro melodioso só tem a ganhar com as barragens, a mentira atinge o auge. Segundo o EIABT, e transcrevo, “A área de influência (...) revela-se uma **área (...) mal servida ao nível dos serviços mais procurados (...): esta situação agrava-se com as fracas acessibilidades e (...) escassez de oferta de transporte público.**” A este respeito, lembre-se a destruição da Linha do Tua, e a insistência de Mexia em não querer pagar uma alternativa ferroviária, alegando que o caderno de encargos da barragem não o previa. Uma vez que este prevê a reposição de vias **com a mesma valência**, alguém explica ao senhor Mexia que uma estrada não tem a mesma valência que um caminho-de-ferro, de mais a mais a deslumbrante Linha do Tua? E lembre-se-lhe também que a EDP na década de 1970 teve de pagar, por causa da construção da barragem da Valeira, uma nova estação na Ferradosa, uma nova ponte sobre o Douro, e 2km de nova linha, na Linha do Douro. Está criado o precedente: a Linha do Tua não pode simplesmente desaparecer do mapa, para o que tão pressurosamente se tem vindo a diligenciar na EDP e no Governo. Mas conclui ainda categoricamente o EIABT

que “A identificação e avaliação dos impactes do AHFT ao nível da sócio-economia evidenciaram (...) **impactes muito negativos** ao nível da **economia local**, em particular para (...) agricultura e agro-indústria, com repercussões também **muito negativas** ao nível do **emprego** e dos **movimentos** e estrutura da **população**.” Como se fosse insuficiente, refiram-se os casos de Montalegre, Mogadouro e Miranda do Douro: a primeira edilidade, que conta com nada menos que 5 barragens, queixa-se de um péssimo serviço da EDP, com apagões constantes, e de um retorno de 65 mil euros anuais, quando a EDP pode tirar destas barragens perto de 100 milhões de euros por ano; quanto a Mogadouro, recebe 43 mil euros por ano com uma barragem, e Miranda 400 mil euros anuais por duas, que segundo o edil não pagam sequer a iluminação pública do concelho. As rendas são estabelecidas segundo as áreas inundadas, deixando os lucros crescentes da produção à mercê dos caprichos da EDP. E que dizer das obras realizadas pela EDP no rio Tua, junto a locais onde se deram 2 acidentes ferroviários, ou do estradão ilegal que construíram na margem direita, que a CCDR-N ordenou repor à situação inicial, ao que a EDP não só não obedeceu como inclusivamente vedou o acesso a domínio público, numa clara demonstração de abusivo desrespeito pelo Estado?

É assustadora a proporção de conclusões dos impactes da barragem do Tua que apontam para “*impacte negativo, permanente e irreversível*”. Mais assustador ainda é o facto da barragem se situar, segundo documento oficial do Estado (PNPOT), em “troço de influência de ruptura de barragem” e “perigo de movimento de massas”, estando apenas agora em estudo os planos de emergência para 150 barragens no país, só finalizáveis ao cabo de 5 anos!

Os únicos impactes apontados como positivos, e a nível nacional, são o armazenamento de água e produção de energia limpa. No primeiro, os estrategas da EDP esqueceram-se certamente do aquecimento global e da previsão de escassez de água, que aliás já se tem notado em outras albufeiras, reduzindo o seu potencial de produção de energia eléctrica. E se é assim tão necessário construir mais barragens, como é que se justifica que o reforço de potência do Picote conseguirá produzir 75% do que vai produzir a do Tua, mas por apenas 1/3 do custo desta, ou que juntando os reforços de potência das barragens de Picote, Bemposta e Alqueva, se obtenha a produção equivalente a 3 barragens do Tua? No segundo, o contributo de redução de emissões de CO₂ é de uns expressivos 1%, quando vários cenários já apontaram para ganhos muito superiores se a política fosse de eficiência na utilização de energia e de utilização de micro geração nas nossas casas, sem mencionar o imenso potencial inexplorado da energia das ondas e da energia solar. Refira-se aliás que os automóveis movidos a electricidade ainda vão demorar a suplantar os de combustíveis fósseis, quando na realidade a maior factura energética do país não vai para a produção de electricidade, mas sim para o transporte automóvel.

No final de contas, estes spots publicitários da EDP que subitamente inundaram ruas, rádios e televisões, têm que percentagem de honestidade e ética? “Quando projectamos uma barragem, projectamos um futuro melhor”; se for o futuro dos accionistas e ex-ministros, perdão, administradores de algumas empresas do sector da energia, mais os lobbies da construção, concordo que será um futuro melhor. Para as populações directamente afectadas pelas barragens e para o país, não, sem sombra de dúvida, nem mesmo ao som da 9ª Sinfonia de Beethoven.

Daniel Conde